



ACÓRDÃO Nº21/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11765/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria Executiva Adjunta - SEXAD
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsáveis:** Sr. Cícero Romão de Souza Neto, Secretário Executivo de Justiça e Direitos Humanos e Ordenador de Despesas.
- 6- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer 6627/2016, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 7- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Direta Estadual . Secretaria Executiva Adjunta - SEXAD. Exercício de 2015.

Determinação. Regularidade com ressalvas.

8- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto-destaque proferido em sessão pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho, no sentido de:

- 8.1. **A UNANIMIDADE, determinar** à Controladoria Geral do Estado - CGE, para que faça gestão junto ao Poder Executivo Estadual para suprir o se quadro de Recursos Humanos com técnicos capacitados para a execução de seus objetivos institucionais e cumprimento de suas finalidades legais e que atenda o disposto no inciso III, do art. 10, da Lei nº 2423/1996da, bem como na Lei Delegada n.º 71/2007 e às Instruções Normativas n.º 5 e 6, ambas de 2004;
- 8.2. **POR MAIORIA, julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Cícero Romão de Souza Neto, Secretário Executivo de Justiça e Direitos Humanos e Ordenador de Despesas da Secretaria Executiva Adjunta- SEXAD, durante o exercício de 2015, nos termos do inciso II do art. 1º; inciso II do art. 22; art. 24 e inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96, considerando que as contas expressam, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão.

Rejeitada por unanimidade a proposta de voto do Auditor-Relator quanto à aplicação de multa ao Sr. Leopoldo Péres Sobrinho. Vencido o Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro pela irregularidade das contas.



ACÓRDÃO Nº21/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 31 de Janeiro de 2017

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

11.1. Declaração de Impedimento: Auditor Alípio Reis Firmo Filho (art. 65 do Regimento Interno).

12- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUÊ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Redator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral